

**Despacho n.º 6926/2017**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e na alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, determino, a seu pedido, a exoneração de adjunta do meu Gabinete da Mestre Carla Sofia Ferreira Machado, com efeitos a 17 de julho de 2017, funções para que foi designada pelo Despacho n.º 1573/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 2 de fevereiro de 2016.

2 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva atualização na página eletrónica do Governo.

18 de julho de 2017. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

310653228

**Despacho n.º 6927/2017**

No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, nos termos dos artigos 20.º, 23.º e 40.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro, ouvidos os serviços competentes do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e com os fundamentos constantes da informação DAJD/535/2016, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, que faz parte integrante do processo administrativo n.º 38/FUND/2015, não reconheço a Fundação Bettencourt Barcelos.

18 de julho de 2017. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

310653114

**Despacho n.º 6928/2017**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos números 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Adjunta do meu Gabinete a Mestre Alice Maria Pereira Teixeira Mendes Feiteira.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — A designada opta pelo estatuto remuneratório correspondente ao posto de trabalho de origem, nos termos dos n.ºs 8 e 11 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 14 de julho de 2017.

5 — Fica a designada autorizada a exercer atividades compreendidas na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

19 de julho de 2017. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

**Nota curricular****Identificação**

Nome: Alice Maria Pereira Teixeira Mendes Feiteira

Mestre em Direito (ciências jurídicas-FDUL) e licenciada em Direito. É doutoranda da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Técnica Superior da Administração Pública desde 1999. Adjunta do Ministro da Administração Interna do XVIII Governo Constitucional, com funções de Chefe do Gabinete em regime de substituição (2009-2011). Assessora Jurídica do Ministro da Administração Interna no XVII Governo Constitucional (2007-2009). Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (2016-2017). Assistente convidada da Universidade Autónoma de Lisboa desde 1992 e docente convidada da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, no Mestrado de Direito e Segurança (2007-2016). Membro fundador do Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Colaboradora do CEDIS — Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e investigadora da Ratio Legis da Universidade Autónoma de Lisboa. Autora de diversos artigos científicos e coautora de diversas obras nos domínios do Direito e da Segurança. Oradora em seminários e conferências nacionais e internacionais.

310654857

**Gabinete Nacional de Segurança****Despacho n.º 6929/2017**

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 162/2013, de 4 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 69/2014, de 9 de maio, e ao abrigo das competências que me foram subdelegadas através da alínea *f*) do n.º 1 do Despacho n.º 12953/2016, de 18 de outubro, da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Maria Madalena Cordeiro São Marcos dos Anjos Sá como técnica do Centro Nacional de Cibersegurança para a qual foi designada pelo Despacho n.º 12427/2014, de 6 de outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 9 de outubro, com efeitos a 6 de outubro de 2017.

14 de julho de 2017. — O Diretor-Geral, *António Gameiro Marques*.

310651479

**NEGÓCIOS ESTRANGEIROS****Secretaria-Geral****Despacho (extrato) n.º 6930/2017**

1 — Considerando que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida a Maria Vanda Fonseca Pinto de Sousa licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

2 — Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 6 de julho de 2017, foi autorizado que, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Maria Vanda Fonseca Pinto de Sousa, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 19 de agosto de 2017.

18 de julho de 2017. — A Diretora-Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Maria da Luz Andrade*.

310654662

**Despacho (extrato) n.º 6931/2017**

1 — Por despacho da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, de 7 de julho de 2017, nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 118/2012, de 15 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 116/2015, de 23 de junho, e no uso das competências delegadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros através do disposto na alínea *a*) do ponto 1.3 do Despacho n.º 1478/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 1 de fevereiro, foi determinada a cessação da comissão de serviço de Joana Presas Pinto Balsemão Correia da Silva, a seu pedido, no cargo de Conselheira Técnica, na área do Ambiente, na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas.

2 — O referido despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2017.

31 de julho de 2017. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Gilberto Jerónimo*.

310696215

**Despacho (extrato) n.º 6932/2017**

1 — Por despacho da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, de 14 de julho de 2017, nos termos conjugados do disposto na alínea *b*) do n.º 3 e na alínea *j*) do n.º 4 do artigo 4.º, no n.º 2 do artigo 6.º, no n.º 1 do artigo 8.º e no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 91/2011, de 26 de julho, 118/2012, de 15 de junho, e 116/2015, de 23 de junho, e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de junho, e no uso das competências delegadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros através do disposto na alínea *a*) do ponto 1.3 do Despacho n.º 1478/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 1 de fevereiro, foi designado, pelo período de três anos e sob proposta de S. Exa. o Ministro do Ambiente, João Domingos Amaral de Moraes Sarmento, para o cargo de conselheiro técnico para a área do Ambiente, na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas.